



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Praça Tiradentes, em Ouro Preto/MG: dimensões historiográficas e simbólicas em seu cotidiano¹

Júlia Beatriz de Souza Briet da Silva

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela
Universidade Federal de Ouro Preto

Yuri Queiroz Abreu Torres

Departamento de Arquitetura e Urbanismo da
Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto

Fernanda Alves de Brito Bueno

Departamento de Arquitetura e Urbanismo da
Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto

Alice Viana de Araújo

Departamento de Arquitetura e Urbanismo da
Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto

Sessão Temática 06: Cidade, história e identidade cultural

Resumo. Os espaços públicos inseridos nos centros históricos são de grande importância simbólica e historiográfica, tendo como função acumular e perpetuar as relações humanas e culturais e como desafio incorporar as mudanças sociais e as demandas contemporâneas. A Praça Tiradentes, localizada no centro histórico de Ouro Preto - MG, Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO, é um exemplo singular desses espaços, cuja elevada importância historiográfica, simbólica e prática a conferem referência e atratividade em distintas escalas, sendo um espaço agregador não só para seus usuários, mas para a sociedade como um todo. Deste modo, o objetivo deste trabalho é analisar a construção morfológica e simbólica da praça, avaliando posteriormente as dinâmicas presentes em seu cotidiano, seus conflitos e potencialidades. Em seguida, embasado na teoria contemporânea da restauração, busca-se delinear um repertório teórico e prático que justifique e subsidie reflexões e diretrizes para futuras intervenções e propostas que visem a requalificação e atualização da praça.

Palavras-chave. Espaços públicos, patrimônio histórico cultural, identidade.

Praça Tiradentes, in Ouro Preto/MG: Historiographical and symbolic dimensions in your everyday life

Abstract. *The public spaces inserted in the historical centers are of great symbolic and historiographical importance, having the function of accumulating and perpetuating human and cultural relations and as a challenge to incorporate social changes and contemporary demands. The Praça Tiradentes, located in the historical center of Ouro Preto - MG, UNESCO World Heritage Site, is a singular example of these spaces, whose high historiographical, symbolic and practical importance give reference and attractiveness in different scales, being an aggregating space not only for its users, but for society as a whole. Therefore, the objective of this work is to analyze the morphological and symbolic*

¹Agradecimento ao Grupo de pesquisa Plus Ultra e à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação (PROPI) da Universidade Federal de Ouro Preto.

construction of the square, later evaluating the dynamics present in its daily life, its conflicts and potentialities. Then, based on the contemporary theory of restoration, we seek to delineate a theoretical and practical repertoire that justifies and supports reflections and guidelines for future interventions and proposals aimed at the requalification and updating of the square.

Keywords: Public spaces, cultural historical heritage, identity.

Praça Tiradentes, en Ouro Preto/MG: Dimensiones historiográficas y simbólicas en su cotidiano

Resumen. *Los espacios públicos insertos en los centros históricos son de gran importancia simbólica e historiográfica, teniendo la función de acumular y perpetuar las relaciones humanas y culturales y el desafío de incorporar cambios sociales y demandas contemporáneas. La Praça Tiradentes, situado en el centro histórico de Ouro Preto - MG, Patrimonio de la Humanidad por la UNESCO, es un ejemplo único de estos espacios, cuya alta importancia historiográfica, simbólica y práctica le proporciona referencia y atraktividad en diferentes escalas, siendo un espacio agregador no solo para sus usuarios, sino para la sociedad en su conjunto. Así, el objetivo de este trabajo es analizar la construcción morfológica y simbólica de la plaza, evaluando posteriormente las dinámicas presentes en su vida cotidiana, sus conflictos y potencialidades. Luego, a partir de la teoría contemporánea de la restauración, buscamos delinear un repertorio teórico y práctico que justifique y apoye reflexiones y pautas para futuras intervenciones y propuestas dirigidas a la recalificación y actualización de la plaza.*

Palabras clave: Espacios públicos, patrimonio histórico cultural, identidad.

1. Introdução

O espaço livre público é a comunicação entre os espaços privados e a vida pública, sendo local de abrigo para as mais diversas atividades, eventos e manifestações, sejam essas artísticas, culturais ou cívicas da sociedade, desenvolvidas e incorporadas ao longo do tempo e das transformações sociais e estruturais das cidades.

No contexto dos centros históricos, o espaço livre público é caracterizado pelas mais distintas formas, dimensões e contribuições funcionais, abarcando desde os adros das antigas igrejas até as mais famosas praças cívicas que, por conta do seu alto valor estético, tendem a se manterem conservados sob a égide das políticas patrimoniais e serem muito potencializados turisticamente. Esse consumo turístico, ancorado na historicidade do espaço, por vezes retira a originalidade e a espontaneidade cotidiana deles, gerando um cenário de museificação dos centros históricos e de distanciamento afetivo da população local.

A Praça Tiradentes, o principal espaço público de Ouro Preto, em Minas Gerais, foco deste trabalho, pode ser considerada uma antítese desse fenômeno. Marcada pelo seu alto valor simbólico, historiográfico e representativo, nacional e internacionalmente, a praça ainda mantém forte vitalidade e é um ponto estratégico no cotidiano para a população ouropretana. Diante disso, o objetivo deste trabalho é compreender e analisar os fatores que determinam e reforçam o simbolismo da praça em relação à centralidade exercida por ela ao longo do tempo e na contemporaneidade.

Para fundamentar tal fenômeno, primeiramente o trabalho aborda a morfogênese urbana de Ouro Preto, de forma direcionada e contextualizada com a trajetória de formação e transformação da praça, de modo a compreender sua construção espacial e de representatividade simbólica e prática ao longo do tempo. Em seguida, são apresentadas situações cotidianas atuais, coletadas a partir de levantamento de campo, seguidas de análises urbanística, paisagística e de usos, consolidando a compreensão da praça como um ponto focal de fundamental importância para distintos atores e agentes do espaço público ouropretano. Finalmente, fundamentado nos princípios da Teoria Contemporânea da Restauração de Salvador Muñoz Viñas, o trabalho apresenta reflexões teóricas e direcionamentos possíveis e práticos, com o intuito de subsidiar futuras intervenções físicas e gerenciais do espaço para a atualização da praça, como forma de incluir os usuários contemporâneos e suas demandas como sujeitos da preservação.

2. Na comunhão dos arraiais, ergue-se a praça

A origem da cidade de Ouro Preto se relaciona aos antigos arraiais mineradores, cujos núcleos se estabeleceram ao longo da serra, em território de extensas terras minerais. Constituída pela união dos arraiais de “Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias” e de “Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto”, a Vila Rica d’Albuquerque (futura Ouro Preto) se transformou junto à Vila de Nossa Senhora do Carmo, atual Mariana, no ano de 1711, nas duas primeiras vilas mineiras (FONSECA, 2011).

A antiga Vila Rica de Albuquerque se tornou sede da capital da nova capitania de Minas Gerais em 1720 por conta da sua prosperidade econômica e, posteriormente, elevada à Imperial Cidade Ouro Preto em 1823, título esse conferido por D. Pedro I logo após a Independência do Brasil. Em 1897, pela sua limitação físico-urbana, Ouro Preto perde a posição de capital mineira, cuja sede foi transferida para o antigo Curral Del’Rey, atual cidade de Belo Horizonte. Interessante pontuar que Ouro Preto foi o berço da Inconfidência Mineira e esteve sempre presente no cenário histórico, político e artístico nacional. Foi a primeira cidade a ser considerada Patrimônio Nacional, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1938, em razão da relevância de seu conjunto arquitetônico e urbanístico. Em 1980 também recebe o título de cidade Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, fato esse que corrobora para sua valorização também internacionalmente.

Observando seus padrões de ocupação geográfica e desenvolvimento urbano, nota-se um processo gradativo de adaptação ao relevo montanhoso da região, fato esse característico da morfologia urbana portuguesa, na qual observa-se a mistura da morfologia vernacular e erudita, ou seja, uma morfologia que acompanha as características físicas do espaço mas ao mesmo tempo possui regularidades e ordenamento. Dessa forma de produzir o espaço foram nascendo inúmeros espaços abertos, de menor proporção e irregularidade, que incorporaram as funções urbanas ao longo do tempo. No contexto da formação da vila, em virtude da presença de diversos arraiais e de uma possível perda de controle do Estado, optou-se por consolidar um espaço aberto como centro simbólico e cívico, no então Morro de Santa Quitéria. Dessa maneira, começou a ser traçada a história da Praça Tiradentes, que seria o local sede da força máxima política-administrativa nos períodos colonial e imperial de Minas Gerais (ARAÚJO, 2018). Essas questões serão mais abordadas no capítulo 4.

Estrategicamente localizada, em ponto elevado, a praça era a conexão entre as duas principais freguesias, a de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto e o de Antônio Dias, e atravessada transversalmente pelo que convencionou-se denominar “caminho-tronco” (Figura 1), termo utilizado pelo autor Sylvio de Vasconcelos em sua obra “Vila Rica: Formação e desenvolvimento - Residências” (1956) para caracterizar o caminho referência que ligava os arraiais da época e que marcou a configuração urbana de Ouro Preto até meados do século XX, com a retomada do crescimento econômico e, conseqüentemente, adensamento e expansão urbana (Figura 2).



Figura 1. Caminho Tronco e Praça Tiradentes em mapa de 1888.(Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil. Modificado pelos autores).



Figura 2. Antigo Caminho Tronco e Praça Tiradentes em imagem aérea atual de Ouro Preto, MG. (Fonte: Imagem LIGA/DEAMB/UFOP, 2022. Modificado pelos autores).

Como marco da origem da praça, de acordo com Araújo (2018), tem-se a instalação do primeiro Pelourinho em 1712, que nada mais era do que um esteio de madeira, tendo seu primeiro morador oficial instalado no ano de 1714. Um ano após a colocação do Pelourinho houve a necessidade de demolição de algumas casas e ranchos que se encontravam nas encostas para ampliação da Rua Direita, atualmente ruas Paraná e Conde de Bobadela. Isso impactou diretamente o desenho da Praça, contribuindo para um fluxo melhor entre as conexões Praça-Pilar e Praça-Antônio Dias. Acredita-se que o estabelecimento da praça cívica tenha contribuído para a consolidação de Vila Rica como um centro urbano de maior importância, recebendo posteriormente outras melhorias que contribuíram para o incentivo da vida pública e o surgimento do sentimento de orgulho cívico na população.

No decorrer de sua história, foram ali erguidos vários edifícios político-administrativos, entre eles: a antiga Casa de Câmara e Cadeia (atual Museu da Inconfidência), a antiga Assembléia Provincial e o antigo Fórum (atualmente Centro Acadêmico da Escola de Minas), a Santa Casa de Misericórdia, a Capela de Santa Quitéria e o antigo Palácio dos Governadores (sede atual do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas).

Com o intuito de demonstrar as transformações urbanas e paisagísticas pelas quais a Praça passou, elaborou-se um conjunto de *croquis* organizados de maneira cronológica, a partir de pesquisa histórico-documental. As informações obtidas possibilitaram a simulação do que seria a praça na década de 1740, por meio do primeiro desenho desenvolvido, *croqui A* da Figura 3. Naquele tempo, observa-se na praça a presença de uma capela dedicada a Santa Quitéria, indicada pelo número 1, do Palácio dos Governadores, ainda na sua feição mais primitiva, e do pelourinho, sinalizados pelos números 2 e 3, respectivamente (VASCONCELOS, 2011; RODRIGUES, 1979; MELLO, 1985). Em seguida, apresenta-se a praça no ano de 1780, *croqui B* da Figura 3, com base em desenho elaborado na época por autor desconhecido (REIS, 2000). Nele é possível notar os baluartes do Palácio dos Governadores já edificadas, apontado como número 4, e a presença do Fórum, na qual sua provável edificação está indicada pelo número 5. No lado leste, observa-se uma diferença de nível, delimitada por muros de arrimo, cujo plano frontal recebeu um chafariz, elementos indicados no *croqui B* com os números 6 e 7, respectivamente. Ademais, observa-se o pelourinho à frente e, ao norte, o acesso ao antigo Palácio dos Governadores, ainda sem os muros de arrimo e a rampa, os quais foram resultado das alterações de nível da praça.

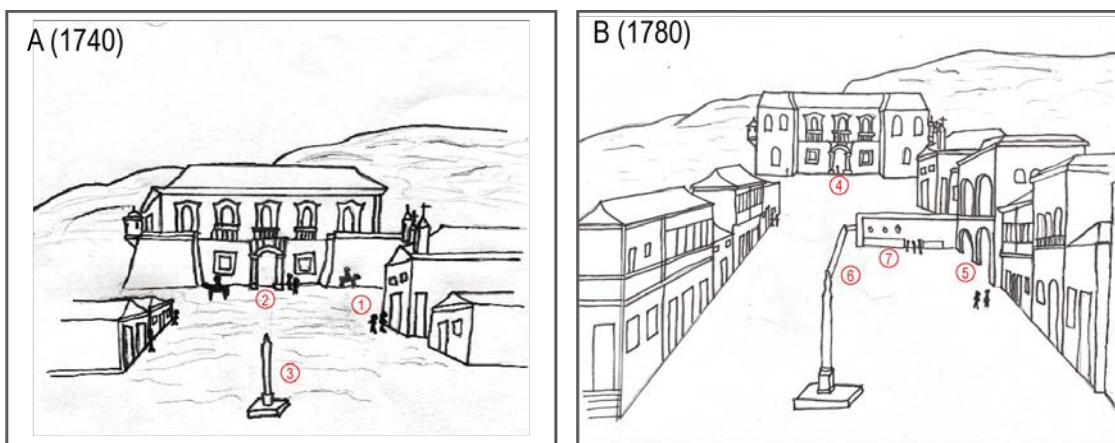


Figura 3: Croquis de transformações históricas da Praça Tiradentes - A (esquerda) e B (direita). (Fonte: Elaborados pelos autores, com base em: RODRIGUES, 1979; MELLO, 1985; REIS, 2000; VASCONCELOS, 2011; VASCONCELLOS, 1956).

Em seguida, a praça é representada no ano de 1797 no croqui C da Figura 4, no qual pode-se observar a inexistência dos platôs e, por conseguinte, os muros de arrimo, indicando uma movimentação de terra na tentativa de retificar o Morro de Santa Quitéria, indicado pelo número 8 (REIS, 2000; FONSECA, 2011).

Já no desenho do ano de 1870, *croqui D* da Figura 4, observa-se a presença da Assembleia Provincial indicada pelo número 9 e da Coluna Saldanha Marinho, apontada com número 10, instalada supostamente no ano de 1867, um ano após a denominação oficial da praça como “Praça da Independência” (VASCONCELOS, 2011; ALVES et al. 2010). Interessante ressaltar que a praça, até o momento, teria sido conhecida como Praça de Villa Rica, Praça da Câmara e Largo do Palácio. Percebe-se, por fim, a ausência da Capela de Santa Quitéria, que havia sido demolida, a construção de uma rampa lateral de acesso ao Palácio dos Governadores, referenciada com o número 11, e a presença do conjunto Alpoim, cinco sobrados geminados, indicados na figura com o número 12, cujo projeto foi elaborado pelo brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim, engenheiro militar português.

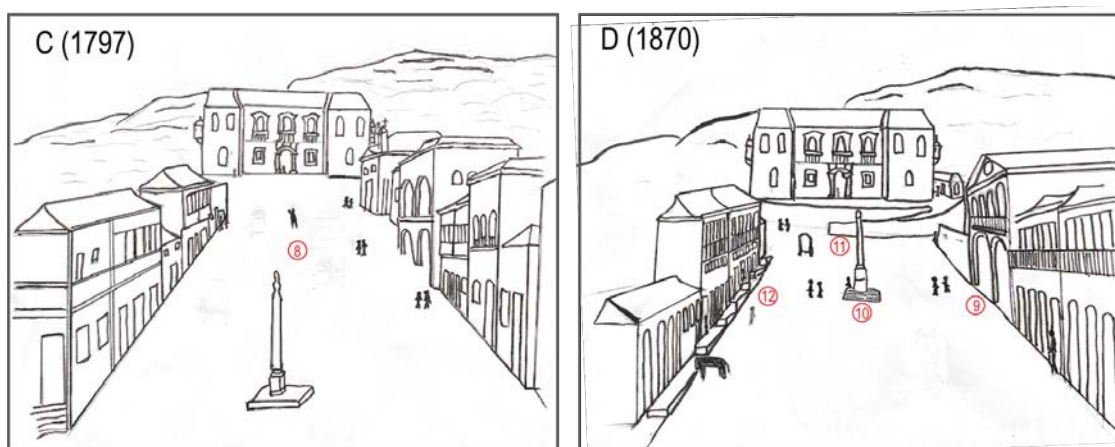


Figura 4: Croquis de transformações históricas da Praça Tiradentes - C (esquerda) e D (direita). (Fonte: Elaborado pelos autores, com base em: REIS, 2000; VASCONCELOS, 2011; FONSECA, 2011 e fotografia ca.1870 do acervo Museu da Inconfidência).

Importante ressaltar que a praça passou a se destacar na malha urbana não apenas por sua elevada posição altimétrica, por ser a maior área livre pública na sede, comparativamente com os pequenos largos, e por ser um importante ponto nodal nas circulações e dinâmicas cotidianas. Assim, na medida em que a Praça Tiradentes foi se consolidando, observamos que essa foi ganhando aspecto mais regular, deixando de ser um mero conjunto de edificações em volta de um

vazio (ARAÚJO, 2018). Pelas edificações nela erguida, sedes do poder local e da província², diametralmente opostas no grande plano ali estabelecido, ganhou sua força simbólica, presente até os dias de hoje.

No *croqui* E da Figura 5, referente ao período de 1880, observa-se a criação de um jardim gradeado na porção norte da praça, marcado pelo número 12, em frente ao Palácio dos Governadores, no qual supostamente por falta de uma gestão eficiente e de escassez de recursos, foi sendo deteriorado e teve que ser removido em questão de poucos anos. Tal reforma indica uma alteração nas dinâmicas e fluxos da praça, diferenciando o perímetro de seu núcleo.

Em 21 de abril de 1894, a praça passa a ser denominada “Praça Tiradentes”, quando se inaugurou o monumento escultórico em homenagem a Tiradentes, ilustrado no *croqui* F da Figura 5, referente ao início do século XX. Interessante pontuar que o monumento veio a se consolidar como um dos principais marcos na paisagem ouropretana e atualmente sendo apropriado como apoio e assento no cotidiano da população, conforme será abordado no Capítulo 3. Ainda no *croqui* F, é possível observar também a presença de árvores na praça, indicadas com o número 13. Essa arborização, entretanto, dura pouco mais de uma década, sendo totalmente suprimida depois desse tempo.

Interessante pontuar a partir dessa análise cronológica de transformações que, mesmo depois de passar por várias intervenções, a Praça Tiradentes nunca chegou a ser totalmente aplainada. A depressão central persistente, no marco do atravessamento do antigo “caminho-tronco”, acentua o posicionamento hierárquico das duas grandes edificações monumentais, o antigo Palácio do Governador e a antiga Casa de Câmara e Cadeia, em suas extremidades norte e sul, respectivamente.

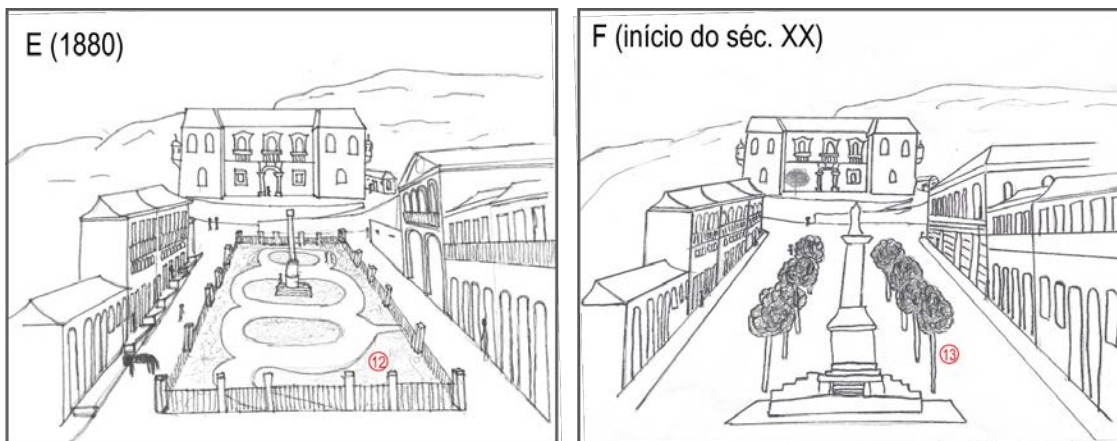


Figura 5: *Croquis* de transformações históricas da Praça Tiradentes - E (esquerda) e F (direita). (Fonte: Elaborado pelos autores, com base em: ALVES et al., 2015; além de acervos iconográficos do Arquivo Público Mineiro e da Biblioteca Nacional).

Com o surgimento e a posterior popularização do automóvel, observa-se que esse passa a não somente influenciar na paisagem, como interferir no espaço público. No *croqui* G da Figura 6, referente aos anos de 1950, vemos então os primeiros indícios de estacionamentos na praça, em local indicado pelo número 14, quando espaços para vagas chegaram a ser demarcados no piso.

As décadas seguintes coincidiram com a forte expansão urbana da cidade, aumentando a dependência de deslocamentos motorizados no dia-a-dia e a pressão por vagas veiculares no centro. Por essa razão, a paisagem da praça começou a ser deteriorada, fazendo com que em 2008 a prefeitura da cidade implantasse um alteamento na pavimentação em frente ao Museu da Inconfidência, de modo a impedir que os veículos estacionassem. Em 2014, a prefeitura proibiu definitivamente o estacionamento no local, medida que gerou um descontentamento de

² Lembrando que, o atual Estado de Minas Gerais foi, até o ano de 1822, Capitania de Minas Gerais, tornando-se Província de Minas Gerais, durante o período do Império, até 1889, com a Proclamação da República. Nesta ocasião, o antigo Palácio dos Governadores recebe a sede do governo do Estado de Minas Gerais até 1897, com a transferência da capital para Belo Horizonte.

comerciantes locais e de parte da população, fazendo com que a ação fosse revertida logo em seguida.

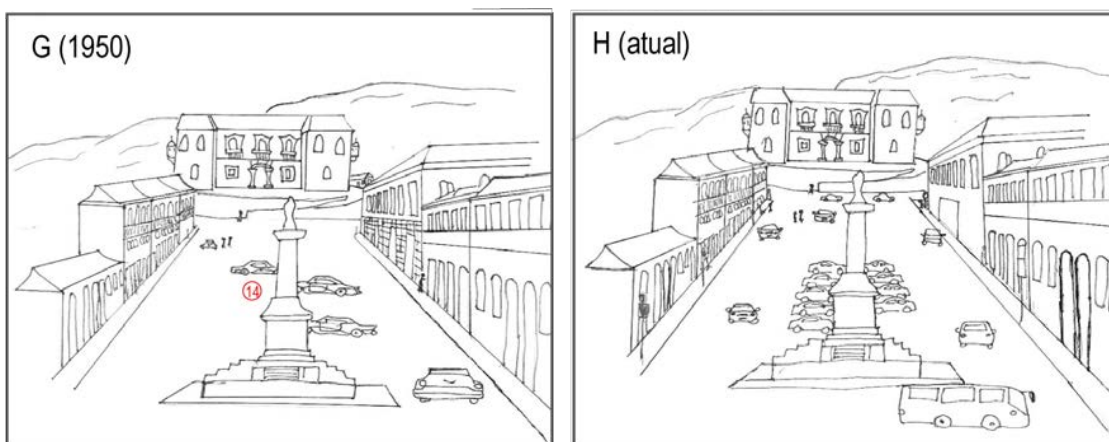


Figura 6: *Croquis* de transformações históricas da Praça Tiradentes - G (esquerda) e H (direita). (Fonte: Elaborado pelos autores, com base em: acervo iconográfico da Biblioteca Nacional).

A partir da sua conformação atual, representada no *croqui* H da Figura 6, pode-se perceber que a praça conta com uma extensa área destinada a estacionamento na porção norte. Ela também conta com um espaço caracterizado como praça seca na porção Sul, junto ao Museu da Inconfidência, que restringe o acesso veicular e propicia e abriga eventos e manifestações culturais temporárias. No local não há nenhum tipo de arborização e mobiliário.

Apesar do crescimento e suburbanização da cidade nas últimas décadas, e do aparecimento de outros espaços públicos mais periféricos, a Praça Tiradentes continua sendo o espaço público mais visado da cidade, o que lhe impõe uma série de desafios. No seu entorno e acessos, as antigas ruas estruturantes do caminho-tronco incorporam a maioria dos deslocamentos intra-urbanos da área central, sendo a Praça Tiradentes o principal nó de ligação entre elas, transformando-a, na prática, em uma espécie de grande rotatória. O alto fluxo veicular que por ela cruza ocasiona conflitos cotidianos em sua gestão. Esse cenário gera uma grande disputa espacial com os pedestres e afeta sua plena apropriação, como será abordado no capítulo seguinte.

3. A Praça é do povo

A Praça Tiradentes, como já citado anteriormente, é caracterizada por ser uma praça de grande relevância simbólica, histórica e representativa, sendo considerada a praça de maior expressão da cidade, na qual sua presença no cotidiano da população ouropretana é incontestável. Ela é responsável por abrigar a sede da Câmara dos Vereadores, o escritório técnico do IPHAN, o Museu da Inconfidência, uma das entradas para o Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas, o Centro Acadêmico da Escola de Minas além de diversos comércios, que vão desde joalherias até restaurantes, e outros serviços, como ponto de táxi, informações turísticas e afins.

Por ser um o espaço vazio mais amplo e central da cidade, a Praça Tiradentes foi, ao longo dos anos, palco de diversos eventos religiosos e cívicos. Quanto aos eventos religiosos, de extrema importância para a sociedade ouropretana, a praça é o ponto principal da Procissão de Corpus Christi e de outras festividades relevantes para a Igreja Católica, desde o período imperial e republicano até os dias atuais. Já entre os eventos cívicos, o principal e mais importante do Estado e da cidade em si é o evento em comemoração ao Dia de Tiradentes, em 21 de abril, organizadas pelo Governo do Estado de Minas Gerais, ali festejada desde 1893, após a inauguração do monumento em homenagem à Tiradentes. Outros eventos cívicos importantes sediados na praça são: a Independência do Brasil, em 07 de setembro, caracterizada como a Semana da Pátria; a Proclamação da República, em 15 de novembro, e o aniversário da cidade, em 8 de julho, evento conhecido como Semana da Cidade. Além disso, eventos como Carnaval, CineOP, Festival de

Inverno, exposições, mostras, teatros, orquestras e shows são exemplos de outros diversos eventos que a praça abriga ao longo do ano. Interessante salientar que, apesar de serem eventos em sua grande parte gratuitos, há sempre críticas relacionadas à aos impactos que os mesmos causam na dinâmica central da cidade, principalmente por conta da restrição de circulação veicular.

Além de ser uma grande referência para a realização de eventos em geral, a praça também é considerada propícia para ser palco de manifestações e protestos populares de maior visibilidade. Acredita-se que o motivo pelo qual ela abriga essas manifestações seja o fato de, no decorrer de sua história, ela ter abrigado diversos edifícios político-administrativos, e até hoje, mesmo não sendo mais o eixo de maior concentração de tais edifícios, ela ainda é a guardiã dos valores cívico-simbólicos da população ouropretana. Essa questão será melhor abordada no próximo capítulo.

Diante de tantos eventos e manifestações, é de se presumir que a praça sofra ao longo do ano algumas transformações urbanísticas temporárias. Durante o carnaval, por exemplo, a Praça Tiradentes e alguns outros largos do centro são inteiramente desobstruídos de veículos, algo raro de ser visto ocorrendo simultaneamente. Esse fenômeno cria toda uma nova percepção da área central do centro histórico sob o olhar do pedestre, e por mais que essa área se encontre descontextualizada de sua dinâmica cotidiana durante o evento, é fácil apreender o potencial que seus espaços públicos teriam para uma maior variedade de apropriações, caso o uso dos veículos particulares não fosse tão predominante em todo o centro histórico. Ao mesmo tempo em que nos deparamos com essa reflexão sobre a incompatibilidade do excesso de veículos com o melhor aproveitamento de muitos espaços livres de uso públicos (ELUPs) centrais ouropretanos, os eventos nos fazem também refletir sobre outra questão - a importância da flexibilidade do espaço para que esses ocorram.

Fora desses eventos pontuais, a praça é palco de uma dinâmica cotidiana que incorpora a população local, em seus movimentos pendulares, que tem na praça um ponto de passagem obrigatório. A praça é também um ponto focal para os turistas, motivados pela sua paisagem singular e relevância histórica. A grande maioria das excursões e das informações turísticas prestadas por guias locais acontece na praça e nos seus arredores imediatos. A presença desses dois públicos com seus distintos interesses cotidianamente enfrenta desafios gerados pela grande circulação viária, grande área destinada a vagas de estacionamento e as paradas irregulares. Os impactos e conflitos dessa circulação por vezes impossibilitam o desfrute e a contemplação, inibindo a plena apropriação da praça por turistas e locais.

Quando analisados isoladamente, concluímos que a Praça Tiradentes é, sem dúvida, o espaço livre mais demandado da cidade, sendo utilizada para festas de caráter cívico, cultural e para excepcionais festas de caráter religioso. Em relativa proximidade com ela, se encontra o Largo de Coimbra, com o adro da Igreja de São Francisco de Assis, assim como o adro da Igreja do Carmo e da Igreja Nossa Senhora das Mercês e da Misericórdia, que costumam ser muito diretamente impactados por todos os eventos que a praça acolhe. Uma análise mais ampliada do tecido urbano da região central ajuda a espacializar essa importância e magnetismo da praça também para o dia-a-dia ouropretano (Figura 7).



Figura 7: Contextualização da Praça Tiradentes no centro histórico de Ouro Preto e seus principais marcos e equipamentos. (Fonte: Imagem LIGA/DEAMB/UFOP, 2022. Modificado pelos autores).

Para a praça converge todo o transporte público urbano e as rotas de táxis compartilhados, muito utilizados por moradores locais. Apesar de nenhuma parada ser regulamentada em seu perímetro, os atravessamentos gerados pelos passageiros para acessarem esses veículos nas imediações da praça a impactam diretamente, principalmente nos horários de pico (Figura 8).

O comércio popular, assim como as instituições bancárias, também se situam na região mais baixa do centro, a pelo menos 250 metros da praça e em direção ao Pilar e ao Rosário. Para acessá-los, trabalhadores e consumidores em algum momento passam pela praça. Ainda que alguns imóveis do entorno imediato da praça tenham se convertido em atividades ou serviços orientados para o turismo, como cafés, restaurantes ou joalherias, alguns estabelecimentos como padarias e bares tradicionais permanecem, fortalecendo as relações afetivas e tradicionais da praça com a população ouropretana.

A 50 metros da praça encontra-se uma das principais escolas públicas da cidade, e é comum observar estudantes circulando pela praça nos intervalos entre aulas ou nas trocas de turno. A praça também atrai o público universitário, principalmente no horário noturno aos fins de semana, através dos eventos periódicos no centro acadêmico, além dos festivais já citados do calendário oficial da cidade.

A visita ao Museu da Inconfidência e dos templos religiosos quase sempre se inicia na praça, onde guias turísticos disputam a atenção e abordam os turistas oferecendo seus serviços. Muitos permanecem na praça durante o horário matutino, algumas vezes com veículo próprio estacionado. Nas imediações da praça se encontra também a tradicional feirinha de pedra sabão, no Largo de Coimbra, onde os artesãos se beneficiam do fluxo de turistas vindo da praça em direção à icônica Igreja de São Francisco de Assis (Figura 8).



Figura 8: Dinâmicas de circulação na Praça Tiradentes e seu entorno imediato. (Fonte: Imagem LIGA/DEAMB/UFOP, 2022. Modificado pelos autores).

A seguir são apresentadas as principais dinâmicas e problemas existentes na praça, fruto de um trabalho que envolveu levantamento urbanístico e visitas de campo com estudos observacionais através de ferramentas de observação, registro e análise. Esse levantamento foi feito com o intuito de registrar dinâmicas locais com interferências distintas tais como atividade comercial e turística, em dias de semana e horários distintos, de forma a indicar características urbanísticas e arquitetônicas do espaço que contribuíssem para a leitura do cotidiano do espaço e apontar possíveis problemas.

Sabe-se previamente que a Praça Tiradentes é considerada um ponto nodal da cidade. Tal característica faz com que ela se torne um espaço gerador de fluxo de passagem, principalmente viário. Diante da alta presença de veículos, situações como conflitos de circulação por paradas rápidas para embarque/desembarque, carga e descarga em horários não regulamentados e paradas indevidas de veículos de serviço turístico são cenários comuns na praça. Somado a isso, têm-se a pressão por estacionamento por veículos de apoio turístico, por veículos de frequentadores e trabalhadores da região, inclusive das instituições e repartições públicas ali existentes, fazendo com que uma parte considerável da praça seja tomada pelos automóveis, gerando um alto impacto na paisagem urbana do local e, conseqüentemente, sua degradação paisagística. Como forma de minimizar esse impacto, a Prefeitura da cidade, no ano de 2008, implantou um alçamento na pavimentação em frente ao Museu da Inconfidência, de modo a impedir o estacionamento de veículos. Entretanto, mesmo com essa iniciativa, ainda é perceptível a necessidade de certas mudanças urbanísticas que contribuam para aumentar o valor urbano e paisagístico da praça. Situações como repensar o estacionamento ainda presente na porção norte, mais especificamente em frente ao Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas e o posicionamento do ponto de táxi são algumas de muitas medidas essenciais para melhorar o cotidiano e aumentar as possibilidades de vivência do espaço.

Outra medida necessária é melhorar a mobilidade e a caminhabilidade no espaço. A praça possui atualmente passeios extremamente estreitos, alguns trechos com pouco mais de 60 centímetros, sem considerar os diversos obstáculos como placas de sinalização, lixeiras mal posicionadas, vasos de planta, entre outros que dificultam a circulação de pedestres. Tal situação contrasta com o superdimensionamento da pista de rolamento, que não dá clareza na circulação veicular e de pedestres, além de confirmar a priorização do automóvel em relação a esses. Usuários da praça, moradores e turistas, são constantemente obrigados a invadir a faixa de rolamento por falta de espaço (Figura 9, letra A). Além disso, os tipos de pavimentos utilizados, paralelepípedo de granito para a faixa de rolamento e o lajão de quartzito para os passeios, não são os mais recomendáveis

para a mobilidade de pedestres, principalmente aqueles com mobilidade reduzida. Há ainda o fato de não haver nenhum tipo de local exclusivo de travessia de pedestres, como sugere a letra B da figura 9, fazendo com que os indivíduos atravessem sem nenhum tipo de segurança entre os carros.

A falta de uma maior apropriação cotidiana do local também é um fator preocupante. Um dos motivos desse cenário está no fato da Praça Tiradentes possuir uma insolação intensa, principalmente no período de inverno. As atuais áreas de sombreamento ficam restritas a pequenas porções geradas tanto pela sombra dos edifícios quanto pelo Monumento à Tiradentes (Figura 9, letra C), o que dificulta a permanência dos usuários ao ar livre. A falta de mobiliário de permanência é outro motivo que desencoraja essa permanência. Rotineiramente, os usuários, moradores ou turistas, improvisam locais para assento nas soleiras das portas dos edifícios e na base escalonada do monumento (Figura 9, letra D), ou permanecem apoiados em fachadas de edifícios ou automóveis estacionados (Figura 9, letra E), de modo a garantir o mínimo de conforto em sua estada ou espera. Apesar de não ser contemplado nesse levantamento de campo, destaca-se também a precariedade da iluminação noturna, que gera grandes zonas de penumbra em toda a extensão da praça, desencorajando a apropriação da população no horário noturno. Também contribui para o baixo número de usuários noturnos o fato de os serviços alimentícios locais fecharem relativamente cedo.

Por fim, têm-se a situação do automóvel, na qual ele usufrui da maior área territorial da praça, espaço esse que poderia ser utilizado para trocas sociais, lazer ativo, entre outros, de forma muitas vezes irregular como demonstra a letra F da figura 9. Nela, percebemos a presença de carga e descarga em horário de alto movimento da praça, gerando prejuízos a circulação viária, bem como o estacionamento em fila dupla, fato esse que além de prejudicar o fluxo de veículos também dificulta a circulação de pedestres.

A imagem a seguir (Figura 9) sintetiza as dinâmicas observadas na Praça Tiradentes, a partir de recortes amostrais a partir de estudos observacionais feitos em levantamento de campo.



Figura 9: Dinâmicas de circulação e apropriação na Praça Tiradentes. (Fonte: Acervo fotográfico dos autores, através de levantamento de campo).

A partir da sistematização dessas informações, foi elaborado um mapa-síntese de principais características dinâmicas de cada trecho da praça (Figura 10)

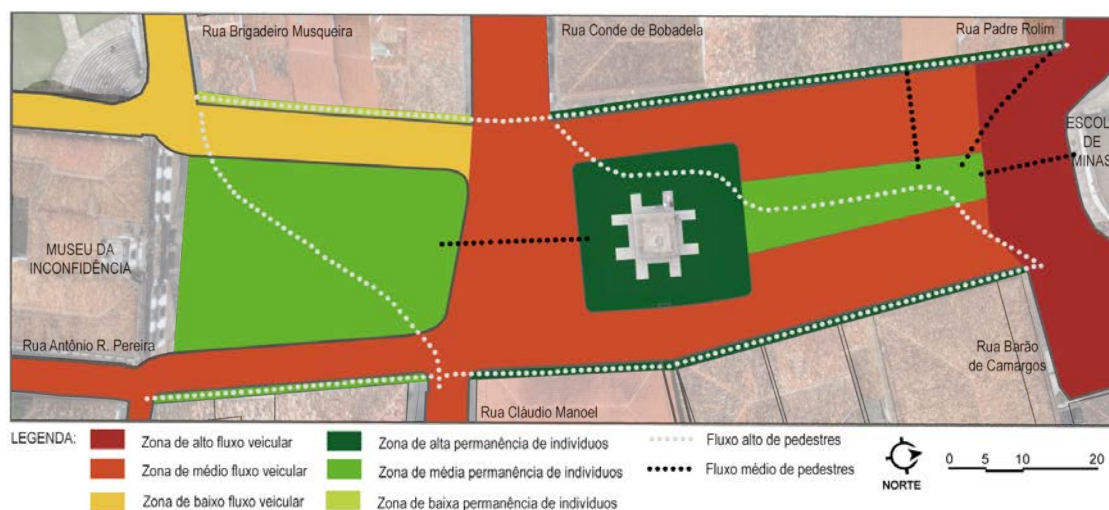


Figura 10: Mapa das tendências observadas na Praça Tiradentes. Fonte: Elaborado pelos autores.

Através do mapa é possível constatar uma forte disputa espacial entre os automóveis e os pedestres em quase toda a praça, no qual os veículos detêm a maior predominância sob o espaço, ficando o pedestre restrito às calçadas estreitas e as ilhas centrais. Observa-se um maior fluxo veicular entre a Rua Padre Rolim e Rua Barão de Camargos, com predominância de veículos de serviço, como táxis, motoboys e minivans, de carga e descarga e transporte público municipal e intermunicipal. Nesse espaço percebe-se também a maior disputa espacial entre pedestres e veículos motorizados, por ser o principal ponto de conexão do centro com os bairros populares das regiões leste e oeste do distrito sede. Percebe-se também um elevado fluxo de pedestres entre a Rua Brigadeiro Musqueira e a Rua Cláudio Manoel (Rua do Ouvidor), trajeto esse feito, principalmente, por turistas e guias turísticos, e entre a Rua Conde de Bobadela (Rua Direita) e a Rua Barão de Camargos, fluxo que liga a área comercial ao terminal de ônibus ali existente. Há uma clara predominância de pedestres em todos os passeios da porção norte da praça, onde prevalecem atividades comerciais e serviços de alimentação para locais e turistas, em detrimento da porção ao sul, junto ao Museu da Inconfidência. Como já abordado, a largura reduzida dos passeios impõe a necessidade de mecanismos de alargamento para acomodar o fluxo existente e, assim, gerar um maior conforto e segurança dos usuários a pé.

O espaço central elevado e hoje livre de veículos ao norte se destaca como uma esplanada de observação e aproximação ao museu, com pouca apropriação cotidiana dos moradores, mas importante para a realização dos eventos na praça. Na porção norte, a estreita faixa entre os dois lados do estacionamento é comumente usada como espaço de travessia, apesar da barreira imposta pelos veículos.

Com relação às zonas de permanência, é possível notar que as áreas de maior concentração ficam restritas ao Monumento Tiradentes e de sua extensa base escalonada. Nas calçadas da porção norte, muitos utilizam as soleiras das portas dos estabelecimentos para sentar ou apoiar-se nas superfícies de suas fachadas, entre eles trabalhadores do comércio do entorno em intervalo de trabalho e taxistas à espera de clientes. Além disso, apesar da intensa insolação do espaço, é possível observar uma permanência moderada nas ilhas centrais, no qual a maioria dos indivíduos são guias turísticos que se ocupam do local de modo a abordar turistas que circulam pela região.

4. O valor historiográfico e simbólico da Praça Tiradentes

Após análise histórico documental da formação urbana da antiga Vila Rica, que possibilitou a ilustração da gênese e das transformações de sua principal praça, e concluída a apresentação das suas dinâmicas e apropriações cotidianas e contemporâneas da Praça Tiradentes, com seus conflitos e problemas, cabe refletir sobre o seu papel historiográfico e simbólico para a população ouropretana.

Jacques Le Goff (1998), em seu livro *Por amor às cidades*, destaca que numa tentativa de patrimonializar e “fixar uma representação da cidade que possamos dominar mentalmente, mobilizamos os recursos da história”, mas conclui que “o passado se esquia ao que lhe pede o presente”. O autor ao explicar essa afirmação, apresenta uma citação de Baudelaire: “A forma de uma cidade muda mais depressa, lamentavelmente, que o coração de um mortal”. Mas ainda assim, Le Goff reconhece que “a continuidade se firma em certas formas”. Pode-se dizer que a cidade se molda às demandas contemporâneas, reflete aspectos políticos e sociais, apresenta permanências, mas também ressignificados. E certamente que não se pode desconectá-la de seus aspectos imateriais, que em sua essência cotidiana são dinâmicos e se refletem nas condições formais do território.

As reflexões apresentadas a seguir se fundamentam na teoria contemporânea da restauração formulada pelo espanhol Salvador Muñoz Viñas (2003), cujo trabalho se constitui de contribuições e sistematização de diversos aportes teóricos. Muñoz Viñas reconhece sua teoria como “estado difuso”, em contraposição aos cânones clássicos. Se por um lado a teoria contemporânea apresenta certa fragmentação, por outro, revela instrumentos conceituais que refletem a complexidade do campo do patrimônio e abrem possibilidades para o enfrentamento de problemas e demandas atuais. Neste sentido, alguns conceitos e formulações críticas da teoria contemporânea serão aplicados na leitura da Praça Tiradentes como bem do patrimônio cultural.

Ao discutir a restauração enquanto procedimento técnico, Muñoz Viñas destaca a representatividade cultural e identitária dos objetos patrimoniais, que embora diversos em natureza e origem, são definidos em valores simbólicos e historiográficos. O valor simbólico, projetado pelos sujeitos sobre os objetos, pode se constituir em valor pessoal ou mesmo social, e confere sentido e significado aos bens patrimoniais. Por valor historiográfico pode-se compreender a escrita da história, marcada por fatos e espacializados em estratos temporais. Como forma de compreender e analisar os valores historiográficos e simbólicos da Praça Tiradentes, será necessário retomar aspectos importantes que caracterizam o território e sua formação urbana, conseqüentemente, influenciando na percepção, sentidos e apropriação dos espaços ainda hoje.

Estudos relativos à formação urbana das cidades portuguesas destacam a implantação dos edifícios monumentais, como as construções religiosas e políticas, em local de destaque na paisagem, adquirindo papel de elementos estruturadores e hierárquicos na composição dos espaços. Neste sentido, certamente não foi por acaso a escolha da instalação do centro administrativo da então Vila Rica de Albuquerque no antigo Morro de Santa Quitéria, em topografia dominante no eixo denominado caminho tronco por Sylvio de Vasconcellos, cuja referência simbólica ainda se mantém em eixo viário que corta hoje a Praça Tiradentes. Segundo Teixeira (2012), na constituição dos sítios urbanos de origem portuguesa, as estruturas institucionais e funcionais são destinadas aos pontos dominantes que, juntamente com suas ruas de ligação, estruturam os espaços urbanos e se constituem em elementos de referência na paisagem. Cabe salientar que as referências acabam por se tornar símbolos e caracteres identitários aos sujeitos, como será discutido adiante na análise conceitual da paisagem.

Rodrigo Bastos (2014), em sua publicação *A arte do urbanismo conveniente, o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII*, descreve a escolha pelo antigo Morro de Santa Quitéria, na ocasião da implantação da vila, em sítio desocupado na comunhão dos arraiais de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto e Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias. Ainda segundo Bastos (2014), o então governador Antônio de

Albuquerque, embora provavelmente tenha explicitado conforme sugere o termo de ereção à vila, que “não achava o sítio muito acomodado”, decide fundar a vila entre os arraiais “pois era o sítio de maiores conveniências que os povos tinham achado para o comércio”. E neste contexto, o autor analisa:

É bastante verossímil supor que Antonio de Albuquerque tenha previsto subitamente a futura centralização da vila sobre o cume do morro que dividia os arraiais, e sua consolidação como lugar público e de concentração administrativa por excelência; sobretudo estrategicamente, pois além de constituir um centro aproximadamente geométrico, sua proeminência topográfica proporcionava amplo domínio visual sobre os arraiais, com suas matrizes situadas em cotas bem mais baixas. (BASTOS, 2014, p.99)

De grande importância será a definição de “comércio” apresentada por Bastos (2014, p.109), ao descrever que o sentido da palavra não se restringia apenas à transação econômica. O autor explica, a partir de Bluteau que “[...] ‘Comércio’ era um ‘Negocio de Mercancias, ou de dinheiro com mercadores’, mas ‘commércio’ designava também a própria ‘Sociedade’[...]”. Diante do exposto, Bastos (2014, p.110) acredita que talvez o comércio referido no termo de ereção se refira ao “negocio de mercancias”, entretanto, defende que “a aceitação dessa hipótese não elimina, entretanto, a compreensão do comércio como mais um dos aspectos constituintes do hábito e dos costumes da comunidade [...]”; e justifica seu entendimento ao apresentar o número de estabelecimentos comerciais, além da manifestação dos ofícios pelos moradores, existentes em ambos os arraiais, o que levou a escolha da localização do “[...]sítio de maiores conveniências que os povos tinham achado para o comércio’ política e estrategicamente centralizado, anos depois, pela Praça Tiradentes, câmara e cadeia e o palácio do governador [...]”.

Essa abordagem do comércio corrobora com aspectos já apresentados da dinâmica cotidiana, no capítulo anterior. Embora a praça tenha se modificado ao longo do tempo, conforme visto anteriormente no esquema evolutivo apresentado, nota-se a permanência de hábitos e tradições, obviamente adaptados às condições e demandas contemporâneas, compreendendo a dinâmica da vida, mas que se conservam em valores simbólicos e historiográficos. Ao analisar a praça em seu cotidiano percebe-se o caráter comercial na apropriação das edificações de entorno, além de pólo centralizador e espaço cívico por excelência.

A paisagem, aqui compreendida como dinâmica da vida, pode ser analisada por meio da filosofia e encontra em Rosário Assunto (2013b) seu expoente máximo, ao defini-la como espaço e “objeto de experiência estética”, que, necessariamente, precisa ser compreendida para além da contemplação. Na perspectiva do autor, a paisagem é entendida como território modelado pelo ambiente natural e cultural, sendo efetivamente espaço da vida e se relaciona aos sentidos. Corroborando com esse pensamento, Besse (2013), em publicação no livro *Paisagem Patrimônio*, defende que a paisagem é inseparável dos eventos cotidianos e considera que sua leitura deve ser realizada não apenas pelos aspectos morfológicos e de sua “imagem mental, social, cultural projetada para o mundo exterior”, mas também a partir das pessoas, ao compreender que “a concepção da paisagem como espaço e como espaço-vivido ou, de modo simétrico, a ideia de que paisagem é a forma espaço-temporal segundo o qual o habitar humano se desenvolve no mundo”.

Retomando a teoria contemporânea da restauração, o conceito de objetividade, defendido pela teoria clássica, é duramente criticado por Muñoz Viñas (2003), ao reconhecer a subjetividade nas ações e tomadas de decisão relacionadas ao patrimônio. Para Muñoz Viñas os objetos são caracterizados pelos sujeitos, sendo assim, o autor reconhece que a importância do patrimônio não se encontra propriamente nos objetos e lugares, mas está nos significados e usos que as pessoas atribuem aos bens materiais, assim como pelos valores que representam.

Ao reconhecer o protagonismo dos sujeitos na caracterização dos espaços, suas relações identitárias e a indissociabilidade na construção das paisagens, é indispensável descrever e analisar o cotidiano, como já apresentado no diagnóstico realizado, ou seja, compreender que os espaços devem ser pensados, priorizados e preservados para as pessoas, em atenção às suas

demandas e aspirações com o passar do tempo. Neste sentido as ações de preservação devem conciliar interesses, fortalecer identidades e pertencimentos, na tutela do patrimônio.

Por meio de uma abordagem da geofilosofia, Bonesio (2013a) define a natureza do território como um “sistema vivo” composto por elementos estruturantes que os definem como lugar. Esses elementos fundadores, como “caracteres identitários”, quando reconhecidos e valorizados pela comunidade, permanecem com a tutela, por meio de uma “consciência de lugar”. Ainda de acordo com Bonésio, o mais importante para conservação da paisagem, consiste no entendimento da “relação de interdependência entre lugar e comunidade”. A identidade é, assim, considerada como veículo promotor de um desenvolvimento consciente em bases socioculturais.

Destaca-se na paisagem da Praça Tiradentes, o antigo Palácio dos governadores, atual Escola de Minas, e a antiga Casa de Câmara e Cadeia, atual Museu da Inconfidência como elementos estruturantes e caracteres identitários do território, não apenas pelo porte e imponência das edificações, mas também por definir perspectivas e demarcar polaridades na conformação da praça. Entretanto, para além das características materiais e morfológicas, também se incorporam no reconhecimento desses elementos identitários, valores historiográficos e simbólicos. Neste sentido, Sales descreve suas impressões dessa materialidade, perpassando os sentidos:

Nobre e severo, fronteiro ao Palácio dos Governadores, o atual Museu da Inconfidência simboliza o poder popular enfrentando o poderio colonial. Os dois edifícios representam duas decisões, dois interesses, duas mentalidades que se enfrentam e se desafiam: os representantes da população e o delegado supremo do poder absolutista colonial. Um no seu palácio militarizado, o outro na Casa da Câmara; e até o estilo arquitetônico do primeiro reflete a opressão, pois que se trata muito mais de uma fortaleza que propriamente de um palácio [...]. (SALES, 1999, p.195)

Diante dessa análise, vale refletir sobre os aspectos cotidianos apreciados na pesquisa, quando se observa uma maior relação das pessoas com o prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeia, atual Museu da Inconfidência e certo distanciamento em relação a edificação do antigo Palácio dos Governadores, atual Escola de Minas. Naturalmente que a dinâmica cotidiana na apropriação dos espaços se difere por condições físicas de implantação, que distancia o prédio do antigo Palácio; além do grande fluxo de veículos no local. Entretanto, acredita-se que valores históricos, aspectos formais e plásticos também influenciam na atribuição de valor simbólico, portanto, identitário, como se observa na tese defendida por Bueno, a partir da narrativa do entrevistado 31, morador do Morro da Queimada:

A Praça Tiradentes também aparece nas narrativas, cuja imagem mais resgatada é a da antiga Casa de Câmara e Cadeia, atual Museu da Inconfidência. A paisagem como metáfora intertextual e produção social (DUNCAN; DUNCAN, 1988 *apud* PURINTON; POTTEIGER, 1998) se manifesta no depoimento a seguir, no qual a Praça Tiradentes é identificada como centro do poder administrativo, nas polaridades da antiga Casa de Câmara e Cadeia e do Palácio dos Governadores, justificando o posicionamento da estátua de Tiradentes, ou seja, de costas para o símbolo da coroa portuguesa: “Praça Tiradentes, Museu da Inconfidência, Palácio dos Governadores. Tiradentes de frente pra cadeia e de costa para os seus governadores”. (BUENO, 2019, p. 390)

A citação acima revela uma maior identificação da comunidade com o prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeia, além de uma análise crítica sobre os “caracteres estruturantes” da paisagem da Praça Tiradentes. Também é relevante a importância simbólica que se manifesta na descrição da estátua de Tiradentes, posicionada na porção central da praça. Segundo Bueno (2019, p. 406), por meio de narrativas de paisagens, ao identificar o território a partir do Morro da Queimada, “a Praça Tiradentes é citada com frequência, o que demonstra seu papel de referência cotidiana e lugar de memória”. Ainda conforme a autora, a partir da análise de conteúdo realizada, em relação aos espaços urbanos, a Praça Tiradentes aparece como referência para os moradores em 55% das narrativas. Entretanto, ao relacionar os “lugares da cidade que levaria um amigo”, a indicação

da Praça Tiradentes não é relevante, o que para Bueno (2019), pode sugerir que a praça no imaginário popular não se constitua como ambiente que favoreça o convívio.

Na leitura da paisagem a partir da abordagem da nova geografia cultural, Duncan (1990) defende uma leitura intertextual, compreendendo que os elementos representativos do território revelam discursos políticos de uma sociedade. Bueno (2019, p.69), ao analisar a paisagem de Ouro Preto com base nas fundamentações de Duncan, descreve:

Em uma leitura intertextual da paisagem que se forma em Ouro Preto ficam claras as narrativas implícitas no posicionamento, destaque e arquitetura dos monumentos religiosos, além da instalação da praça cívica no antigo Morro de Santa Quitéria, atual Praça Tiradentes. Naquele momento, o poder era representado pela Igreja e pelo Estado, na figura da Coroa Portuguesa. (DUNCAN, 1990)

Ou seja, por meio da paisagem é possível fazer uma leitura política e social, que naturalmente se sobrepõe em estratos temporais, mas que revelam aspectos da formação urbana de Ouro Preto, além da importância da dinâmica cotidiana da Praça Tiradentes, na permanência como espaço cívico, de comércio, articulação e centralidade, que se revelam em valores historiográficos e simbólicos para a comunidade.

5. Considerações Finais

Este estudo contribui para a análise das transformações espaciais históricas ocorridas na Praça Tiradentes, notadamente aquelas da segunda metade do século XX, quando constata-se uma progressiva perda do protagonismo dos pedestres, de suas possibilidades de usufruir e contemplar a praça sem a restrição, a obstrução e o risco dos automóveis. As observações de campo confirmaram os inúmeros problemas relacionados a essa disputa nela presentes atualmente. Esses problemas impactam diretamente a conexão simbólica entre a praça e seus usuários, sejam eles moradores ou visitantes, uma vez que suas experiências nesse local podem projetar situações muitas vezes negativas.

Pensar a pacificação desses conflitos para garantir a perpetuação da conexão monumento-indivíduo, praça-usuários, é entender que não há uma cristalização absoluta de sua forma e paisagem, comprovado ao longo de três séculos de transformações e adaptações, e que há caminhos possíveis para situar a praça dentro de preceitos e demandas contemporâneos sem perder suas referências do passado.

Se impõe como um grande desafio para uma cidade tombada e reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO conservar sua principal praça ao mesmo tempo como um patrimônio cultural e lócus cotidiano. Cabe refletir sobre a adequabilidade do tombamento, enquanto instrumento de preservação adotado, considerando a paisagem reconhecida patrimônio cultural, que por essência é naturalmente dinâmica. Neste sentido, se encontra necessária a crítica ao conceito de autenticidade apresentada por Muñoz Viñas (2003), ao questionar ações de conservação visando a restaurabilidade de uma “autenticidade”. De certo que, diante das transformações ocorridas que resultam em uma sobreposição de estratos temporais, como palimpsesto, nenhuma argumentação se sustenta na escolha de um estado real, o que seria uma afronta aos valores historiográficos da Praça Tiradentes. Ainda conforme essa perspectiva de análise, Bonésio (2013a), ao considerar a dinâmica do patrimônio e sua interdependência com a comunidade, defende que a tradição não deve se engessar a paisagem. Ou seja, deve-se olhar para o passado a partir do presente, compreendendo o patrimônio vivo, ao se incorporar pessoas e demandas contemporâneas.

Por fim e acreditando que esse estudo possa subsidiar reflexões e diretrizes para futuras intervenções e propostas que visem a requalificação da Praça Tiradentes em Ouro Preto, como

importante espaço de vida da comunidade ouropretana, defende-se a importância e necessidade de uma proposta de desenho urbano, que se fundamente na teoria contemporânea da restauração, ao priorizar as pessoas, reforçar a vivência e a experiência desse espaço público e visar a conservação da praça como bem patrimonial, garantindo a sobrevivência de seus valores simbólicos e historiográficos.

6. Referências

ALVES, Schirley; GARCIA, Cecília; PAIVA, Patrícia. **História da Praça Tiradentes: o coração de Ouro Preto**. Coleção Praças da Estrada Real, Vol. 2. Lavras: UFLA, 2010.

ARAÚJO, Alice. **Espaços livres de uso público em Ouro Preto (MG): heranças históricas, desafios contemporâneos**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

ASSUNTO, Rosário. **A paisagem e a estética**. Tradução de Pedro Sargento. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). *Filosofia da paisagem. Uma antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013b.

BASTOS, Rodrigo. **A arte do urbanismo conveniente: o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII**. Santa Catarina: Editora UFSC, 2014.

BESSE, Jean-Marc. **Estar na paisagem, habitar, caminhar**. In CARDOSO, Isabel Lopes. *Paisagem Patrimônio*. Évora: Dafne Editora/CHAIA, 2013.

BONESIO, Luisa. **Elogio da conservação**. Tradução de Pedro Sargento. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). *Filosofia da paisagem. Uma antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013a.

BUENO, Fernanda. **A paisagem de Ouro Preto como espacialização no tempo: A experiência e a vivência do Morro da Queimada**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019.

DUNCAN, James. **The city as text**. The politics of landscape interpretation in the Kandyan Kingdom. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

FONSECA, Cláudia. **Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

MELLO, Susy de. **Barroco mineiro**. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1985.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. **Teoría contemporánea de la restauración**. Madrid: Editorial Síntesis, 2003.

REIS, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial** (Colaboradores: Paulo Bruna e Beatriz P.S. Bueno). São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2000.

RODRIGUES, José Wash et. al. **Arquitetura civil**. Brasília: IPHAN; São Paulo: FAUSP, 1975.

SALES, Fritz de. **Vila Rica do Pilar**. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1999.

TEIXEIRA, Manuel. **A forma da cidade de origem portuguesa**. São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012.

VASCONCELOS, Diogo de. As obras de arte. In.:DRUMMOND, Maria Francelina Silami Ibrahim (Org.). *Ouro Preto: cidade em três séculos*; Bicentenário de Ouro Preto; memória histórica. (1711-1911). Ouro Preto: Liberdade, 2011, p.143-179.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Vila Rica**: Formação e desenvolvimento - Residências. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.